

José Alcides Figueiredo Santos*

CLASSE MÉDIA E MUDANÇAS DE RENDA NO BRASIL

RESUMO

Após defender uma abordagem de classe baseada nos mecanismos da desigualdade econômica entre categorias, o trabalho apresenta uma caracterização da classe média e dos estratos intermediários no Brasil. Foram identificados os principais deslocamentos de renda entre e dentro das posições de classe no período de 1992 a 2011. Constatou-se um enfraquecimento das vantagens relativas de renda particularmente dos controladores de conhecimento perito e de qualificação escassa. Ocorreu no período um processo combinado de expansão e perda de renda relativa destes empregos. Predominou uma tendência de diminuição da dispersão e da assimetria interna da renda particularmente entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social. A renda do empregado especialista, de modo distinto, continuou mais dispersa e desequilibrada, ou seja, mais variável entre os membros da categoria.

Palavras Chaves: Classe social, classe média, desigualdade de renda.

ABSTRACT

After defending a class approach based on the mechanisms of economic inequality between categories, this paper proposes a characterization of middle class and the intermediate strata for Brazil. The major income transfers were identified within and between class positions during the period from 1992 to 2011. A downturn was observed in the relative income advantages, especially for holders of expertise or rare knowledge. This period registered a combined process of both expansion and relative income loss for those jobs. A trend has prevailed of decrease in the spread and in the inner asymmetry of income, namely among those working categories with a greater social density. The expert employee's income, in a distinct way, were kept more dispersed and unbalanced, that is, more variable between members of the category.

Keywords: Social class, middle class, income inequality.

*Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Investigações realizadas sobre classe social, raça, gênero, desigualdades de renda e saúde no Brasil têm sido publicados nos principais jornais de ciências sociais do país. Áreas de interesse: sociedade brasileira; classes sociais; desigualdades de raça e de gênero; análise de dados quantitativos; estratificação social.



RÉSUMÉ

Ayant défendu une approche de classe basée sur les mécanismes de l'inégalité économique entre catégories, ce travail propose une caractérisation de la classe moyenne et des strates intermédiaires au Brésil. Les principaux déplacements de revenus furent identifiés entre et dans chaque position de classe durant la période de 1992 à 2011. On a constaté un affaiblissement des avantages relatifs en revenus notamment des détenteurs d'expertises ou de qualification rares. Cette période a connu les deux procès combinés d'expansion et de perte de revenus relative pour ces emplois. Une tendance a predominé et de diminution de la dispersion et de l'asymétrie intérieure de revenus, surtout entre les catégories de travailleurs à plus grande densité sociale. Les revenus des employés spécialisés, d'une façon distinguée, ont demeuré plus dispersés et déséquilibrés, c'est à dire, plus variables parmi les membres de la catégorie.

Mots-clés: Classe sociale, classe moyenne, inégalité de revenus

José Alcides Figueiredo Santos

CLASSE MÉDIA E MUDANÇAS DE RENDA NO BRASIL

As elaborações teóricas da sociologia lançam luzes sobre as características diferenciadas, as relações com outros grupos e os padrões de recompensas da classe média e dos estratos intermediários no âmbito dos processos de estruturação da desigualdade. No horizonte teórico delineado neste artigo, são situados os dois principais campos de entendimento da classe média na sociologia contemporânea. Ao final do percurso conceitual, defende-se um enfoque de classe centrado na especificação dos mecanismos da desigualdade econômica entre grupos. São apresentadas caracterizações sociológicas dos estratos médios e intermediários no Brasil, atentas para as especificidades da realidade nacional, e oferecidas soluções operacionais ajustadas aos levantamentos de dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. O estudo busca identificar os principais deslocamentos de renda entre e dentro particularmente destas posições de classe que estariam associados ao processo de diminuição da desigualdade na distribuição da renda pessoal no Brasil no período de 1992 a 2011.

Nos anos 1980 se configuraram os dois principais campos interpretativos que ainda hoje influenciam a reflexão sociológica (Butler, 1995, p. 26-36). Uma revisão crítica abrangente e atualizada destas variantes da concepção sociológica da classe



média pode ser encontrada numa publicação recente (Santos, 2013). Estas alternativas podem ser agrupadas, de modo sintético, em abordagens de relações de emprego e de controle de ativos. A abordagem de relações de emprego focaliza as relações sociais no trabalho e o modo de troca de trabalho por recompensas, ou seja, a forma de regulação da relação de emprego. Um conjunto diversificado de sociólogos desenvolve abordagens baseadas no controle de ativos ou recursos valiosos. As soluções encontradas neste campo interpretativo envolvem tanto um entendimento mais estrito da centralidade dos recursos geradores de valor, quanto o desenvolvimento de formulações mais estendidas dos recursos relevantes, sob a influência (ou não) das noções de capital e campo de Pierre Bourdieu.

Abordagem de relações de emprego

O esquema de classe de John Goldthorpe e parceiros, aplicado em estudos de mobilidade social, até o final dos anos 1980, delimitava as posições de classe com base na “combinação” de categorias ocupacionais comparáveis em termos de situações de mercado e trabalho (Goldthorpe, 1980, p. 39). A partir do grande estudo comparativo de mobilidade social nos países desenvolvidos (CASMIN), concluído no início dos anos 1990, uma formulação revista passou a justificar as demarcações entre as categorias de classe social. As relações entre as posições de classe dentro dos mercados de trabalhos (situação de mercado) e das unidades de produção (situação de trabalho) foram diferenciadas “em termos das relações de emprego que elas supõem” (Erikson e Goldthorpe, 1992, p. 37). As relações de emprego são caracterizadas conforme as relações sociais no trabalho, ou o status do emprego, e a forma de regulação da relação de emprego. São distinguidas preliminarmente as posições de empregador, autoempregado e empregado. A natureza da relação de emprego entre os assalariados envolve o modo de troca de trabalho por recompensas. As diferenças entre os modos de regulação da relação de emprego decorreriam das respostas das organizações empregadoras aos problemas básicos de

monitoramento do trabalho e de especificidade de ativos humanos. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados direta ou facilmente. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego ou organização. Os contratos de trabalho e as distinções de classe entre os empregados variariam conforme a presença e a força desses dois componentes (Goldthorpe, 2000a; Rose e Harrison, 2010).

Os assalariados de classe média mantêm uma “relação de serviço” (conceito típico-ideal) com os empregadores cujos termos de troca são mais duráveis, abrangentes, prospectivos, inseridos em trajetórias de carreira, devido às características e às implicações das funções gerenciais e profissionais demandadas pelas organizações empregadoras (Goldthorpe, 1982). As relações de emprego não são definidas intrinsecamente pelas tarefas de trabalho (manual ou não manual), nem pelos papéis de trabalho. A noção de relação de emprego enfatiza a natureza das recompensas obtidas do trabalho, tanto em termos vigentes, quanto prospectivos na trajetória de emprego, e não primariamente a natureza do trabalho desenvolvido (Goldthorpe, 1995, p. 315-6). Os tipos de trabalho importam basicamente devido às suas implicações em termos de monitoramento e especificidade de ativos. A atividade de trabalho afeta a relação social de contratação de trabalho, por exemplo, na medida em que possa ou não ser submetida a controle externo através de mensuração e supervisão (Goldthorpe, 2000a, p. 215-6). A diferenciação interna na classe de serviço entre gerentes e profissionais envolveria mais aspectos da situação (*situs*) de trabalho ou ocupacional. O esquema de classe, por não ser conceitualmente ocupacional, tem justamente o propósito de agregar ocupações que são heterogêneas em vários dos seus atributos, inclusive tarefas e papéis de trabalho, mas compartilhariam da mesma relação de emprego que define o modo de troca de trabalho por recompensas. As características diferenciadas dos empregos de classe média permanecem importantes mesmo quando os seus membros desfrutam de continuidade de empregabilidade ainda que não de continuidade de

emprego (Goldthorpe, 1995, p. 319 e 325). A relação de serviço é estabelecida e mantida por servir melhor à eficiência produtiva. Ao contribuir para a efetividade organizacional, esta transação entre as partes incrementa o valor total do contrato, oferecendo vantagens igualmente para empregador e empregados (Goldthorpe, 2000b, p. 1579).

A forma de regulação do emprego pode sofrer “modificações”, ou seja, pode ser efetivada em diferentes graus. Uma forma “modificada” (menos favorável) da relação de serviço ocorreria entre as ocupações gerenciais e profissionais de menor grau e os técnicos de maior grau. Além disso, existem situações “intermediárias” entre os empregados que combinam regras da relação de serviço com formas mais restritas de troca de trabalho por recompensas. O critério de formas de regulação mistas pode ser aplicado a diferentes tipos de ocupações manuais e não manuais (Rose e Harrison, 2010, p. 11-13).

As noções de situação de mercado e situação de trabalho, formuladas originalmente por David Lookwood (1989 [1958]), contribuíram para caracterizar distinções relevantes nas condições de emprego entre os assalariados. Entretanto, não foram elaboradas exatamente quais eram as situações que mais importavam, por que elas importavam e a sua contribuição relativa na caracterização de classe. A noção de “classe de serviço”, desenvolvida de modo mais articulado no início dos anos 1980, representou uma incursão na busca de fundamentos teóricos (Goldthorpe, 1982). Entretanto, Goldthorpe continuou a ser criticado por usar um conceito de classe desconectado duma teoria explicitamente formulada da desigualdade (Sørensen, 1991). Goldthorpe foi buscar na literatura da economia organizacional ideias que fundamentam as diferenças entre os contratos de trabalho. Entretanto, esta abordagem tem sido criticada por dar mais peso aos argumentos de eficiência e minimizar as questões relativas ao poder de barganha entre empregadores e empregados (Breen, 2005, p. 39). Além disso, a noção de relação de emprego como um princípio de classificação dos contratos de trabalhos, ou da forma de regulação da troca de trabalho por recompensas, supõe que a lógica da “racionalidade capitalista” se impõe plenamente às relações de trabalho através

da dominância em larga escala do trabalho assalariado na população ativa, da concentração significativa da atividade corporativa e da desregulamentação avançada do mercado de trabalho (Maloutas, 2007, p. 450). As categorias empíricas do esquema de classe, como atualmente operacionalizadas, estão sistematicamente relacionadas a importantes dimensões da desigualdade em diferentes países e levantamentos de dados. Entretanto, os critérios de “racionalidade capitalista” plenamente imposta às relações de trabalho, riscos contratuais enfrentados pelos empregadores e maximização da eficiência produtiva, parecem constituir pressupostos restritivos para uma adequada fundamentação da natureza dos empregos de classe média.

Abordagens baseadas no controle de ativos

John Roemer sustentou que as classes podem ser definidas estritamente em termos de relações de propriedade e os processos de exploração podem ser deduzidos da assimetria prévia na distribuição dos ativos. Em um sistema em que os ativos são desigualmente distribuídos, os agentes que não têm certo montante de ativos estão “livres para perder” (Roemer, 1988). Em seu livro *Classes* (1985), em que fez uma elaboração crítica e diferenciada desta proposição, Erik Wright vinculou a noção de classe à ideia de exploração determinada pelas desigualdades nas distribuições dos ativos produtivos. Foram considerados os ativos de capital, de qualificação, de força de trabalho e organizacionais para caracterizar as situações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas (“pequena-burguesia”) e as situações que são ao mesmo tempo exploradoras e exploradas devido aos diferentes nexos ativo-exploração (“nova classe média”). Entretanto, na obra *The Debate on Classes*, Wright voltou a tratar a autoridade como uma dimensão das relações de classe entre os empregados e reformulou a sua interpretação do papel dos ativos de qualificação (Wright, 1989). A posição estratégica na organização da produção, particularmente dos gerentes, enseja a exigência de uma porção do excedente social sob a forma de rendimentos relativamente elevados.

Perícia e qualificação designam um ativo incorporado na força de trabalho, muitas vezes atestado sob a forma de credenciais, que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. As vantagens decorrentes da posse da credencial dependem da sua combinação com um emprego que a requer (Wright, 1985). As categorias de “classe média” são pensadas como localizações privilegiadas de apropriação [*privileged appropriation location*] baseadas no controle de níveis elevados de qualificação/perícia e na posição estratégica dentro da organização social de produção. Entre os empregados, abrange todos os tipos de gerentes e especialistas mais os supervisores qualificados. A classe média demarca-se da classe trabalhadora “pura” formada pelos empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não gerentes e não qualificados (Wright, 1985, p. 152; 1997, p. 23-4 e 447).

O conceito de reserva de oportunidades de Charles Tilly, como bem observou Wright, pode ser pensado como o mecanismo central que diferencia os empregos de classe média da classe trabalhadora (Wright, 1999, p. 9). No sentido geral, o mecanismo consiste em limitar a disposição de um recurso gerador de valor aos membros de um grupo. A noção enfatiza a exclusão (completa ou parcial) dos benefícios gerados pelo controle dos recursos. Os recursos mais relevantes para efeito de geração de desigualdades são aqueles de suprimento restrito, fáceis de circunscrever, sujeitos à apropriação, valorizados amplamente, e capazes de produzir valor adicional em combinação com outros recursos e/ou esforço coordenado (Tilly, 1998 e 2005). Organizações e categorias sociais são fundamentais para criar e fazer com que as desigualdades se tornem duráveis. O poder relativo e o status das posições dentro das organizações regulam a distribuição dos recursos e das recompensas entre as posições. Distinções categóricas são usadas para mobilizar e legitimar a reivindicação de recursos no interior das organizações (Tomaskovic-Devey et al., 2009). Os processos de reserva de oportunidades, baseados particularmente em credenciais educacionais e procedimentos organizacionais, restringem, circunscrevem ou controlam o acesso das pessoas aos empregos mais privilegiados de classe média.

Na visão de Aage Sørensen, o problema das classes médias poderia ser solucionado com a noção de localizações estruturais baseadas em direitos de propriedade, num sentido mais lato, sobre ativos produtores de rendas. Rendas são retornos de ativos cuja oferta é controlada pelo possuidor e que cria vantagens para este a expensas do não possuidor do mesmo ativo. As rendas de composição são criadas pela especificidade de ativos. As rendas de monopólio são criadas por ação coletiva de associações profissionais ou por rendas de qualificação, ligadas à qualidade do trabalho demandado, em que as oportunidades de treinamento são limitadas. Os empregos de classe média incorporariam relações mais fechadas e protegidas da competição dos de fora (Sørensen, 2000). Pensadas como um lucro puro do possuidor, as rendas são capturadas pelo controle de ativos produtivos para os quais a demanda excede a oferta fixada. Ações instrumentais que constroem a oferta de ativos produtivos podem criar renda em qualquer mercado. Pode-se analisar nesta ótica como a taxa de salários varia em função do poder dos assalariados, ou de segmentos dos empregados, em negociar com os empregadores parte do quinhão da renda da empresa no mercado onde opera (Morgan e Tang, 2007).

Na visão de Pierre Bourdieu, as classes sociais não podem ser tratadas como entidades dadas e pré-constituídas na estrutura social. O espaço social é visto como um sistema de relações objetivas entre os mais importantes poderes e recursos efetivamente utilizáveis numa sociedade. Os poderes sociais fundamentais em operação no espaço social são “sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico [...] que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 1989, p. 134-5). Os três eixos constitutivos do espaço social de poderes e recursos (volume, composição e trajetória) são concebidos como dimensões contínuas. O modelo de análise de classe de Bourdieu não postula a existência de linhas inerentes de descontinuidades ou demarcações estruturais. A especificação de classes (ou frações) discretas neste “universo de continuidade” representa mais uma conveniê-

cia heurística (Weininger, 2005, p. 86-90). Os princípios de diferenciação mais poderosos, tais como o capital econômico e cultural, geram diferenças bem demarcadas apenas entre os agentes situados nos polos da distribuição de poderes ou capitais. Estes fatores são menos efetivos justamente nas “posições intermediárias ou médias do espaço social”. Como as relações entre práticas e posições neste âmbito também são mais indeterminadas e embaralhadas, existe mais espaço aberto para as estratégias simbólicas de definição das fronteiras entre os grupos (Bourdieu, 1987, p. 12-3). As fronteiras da classe média são historicamente mutáveis e disputadas através de lutas econômicas, políticas e simbólicas entre as classes e sobre a própria formação da classe. Os agentes situados em vários pontos das zonas “médias” do espaço social podem ser ou não reunidos, em um processo de trabalho político de delegação e classificação, em configurações coletivas que tomam a forma de uma ou mais “classes médias”. A classe média é necessariamente uma categoria mal definida. As investigações históricas e comparativas desses processos, por isso, devem estar no centro da agenda sociológica de estudo das classes médias (Wacquant, 1991).

As abordagens baseadas no controle de ativos especificam de diferentes maneiras os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. A noção de classe social mostra mais consistência, sem perda de maleabilidade, ao manter o foco no entendimento dos mecanismos vinculados à organização ou estruturação dos sistemas de desigualdade econômica. Classe social representa um tipo específico de divisão social, baseado em relações de propriedade e na divisão social do trabalho. Os processos materiais e culturais de reprodução de classe estão interconectados na realidade concreta. Entretanto, analiticamente, devem ser tratados como separados na análise de classe (Crompton, 2008, p. 112-3). A criação de uma espécie de “conceito ampliando ou total” de classe social, com a fusão das dimensões culturais, simbólicas, de redes sociais, misturaria mecanismos sociais que operam de diferentes maneiras e com diferentes implicações, gerando um híbrido conceitual que po-

deria estimular a descrição densa, integral, das novas complexidades, porém em prejuízo da explicação das “múltiplas determinações” que operam nas sociedades contemporâneas.

A caracterização da classe média deve estar centrada na especificação dos determinantes da desigualdade econômica entre grupos. As diferenças de tratamento teórico e as contradições apontadas em determinados enfoques não invalidam o reconhecimento abrangente da importância dos recursos de capital, do exercício de autoridade e da posse de conhecimento perito na demarcação dos empregos de classe média. As circunstâncias de classe média podem não ser tão bem delimitáveis, por mostrarem-se mais heterogêneas, mutáveis e contraditórias, assim como sujeitas a maior especificidade nacional e variação histórica. O núcleo gerencial-profissional dos empregos de classe média, mesmo tendo importantes diferenciações internas, seria caracterizável de uma maneira menos problemática. Além disso, mantém-se relativamente claro o status econômico do segmento formado por empreendimentos autônomos, sem empregados ou com poucos empregados, embora tendências recentes estejam distanciando este grupo do padrão tradicional da pequena burguesia e da atividade autônoma baseada em “ofício” (Arum e Muller 2004). Entretanto, existem diferenças entre os assalariados que tendem a suscitar dúvidas acerca da sua proximidade ou distanciamento do núcleo gerencial-profissional de classe média. As especificidades de cada sociedade se tornam ainda mais importantes para definir a existência de estratos intermediários entre as formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora ou, então, para considerar uma “ordem de dominância” que aproxima estes empregos intermediários de uma dessas configurações sociais. A análise concreta de uma sociedade concreta é a regra principal para elucidar o caráter de classe dos estratos intermediários que gravitam em torno das formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora.

Categorias Focalizadas e Metodologia

A noção de classe social utilizada neste estudo é definida e mensurada basicamente em termos de relações de propriedade, ou seja, direitos e poderes sobre vários tipos de ativos produtivos (Wright, 1997). A noção de controle de ativos geradores de valor serve como uma ferramenta unificadora capaz de abordar a diversidade e a especificidade das divisões e diferenciações de classe social: 1) as fontes de privilégios e suas variações; 2) a classe trabalhadora típica; 3) as situações intermediárias e ambíguas; 4) os processos de destituição e suas diferenciações (Santos, 2005 e 2010). Um primeiro agrupamento mais privilegiado seria formado pelas localizações privilegiadas de classe média e os pequenos empregadores. Embora diferenciado em termos das características de classe e da natureza dos ativos econômicos controlados, pode ser aproximado pelo valor especial dos recursos possuídos e, em decorrência disso, pelos padrões privilegiados das recompensas que obtém.

As localizações privilegiadas de classe média, que se constituem no interior de trabalho assalariado ou no âmbito da atividade autônoma, diferenciam-se particularmente pelo exercício de autoridade ou controle de conhecimento perito. O empregado especialista, além naturalmente da posição na ocupação de empregado, foi caracterizado de acordo com o grupo ocupacional. A categoria abarca notadamente as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional, que exigem escolaridade superior, ou os grupos semiprofissionais, assim como professor do ensino médio e profissional com formação superior. Trabalha-se uma noção um tanto ampliada de especialista, de modo que a categoria abarca, além dos grupos já referidos, o fiscal de tributação e arrecadação, perito judicial, escrivão e oficial da justiça. O especialista autônomo tem posição na ocupação de conta-própria ou empregador, sendo considerado especialista de acordo com o grupo ocupacional, e desenvolve a sua atividade sem empregados ou com até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento fixo para o exercício da atividade profissional (loja, oficina, fábrica, escritório). A categoria de classe de gerente, além da posição na ocupação de em-

pregado, define-se de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, os dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.

O pequeno empregador é caracterizado pela escala e modalidade de propriedade de ativos de capital. Envolve indistintamente a propriedade de atividades agrícolas e não agrícolas. O pequeno empregador típico representaria um detentor de ativos de capital que trabalha lado a lado com os empregados, fazendo muitas vezes o mesmo trabalho, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Pode-se caracterizar a categoria de pequeno empregador como um tipo de “localização contraditória” que combinaria simultaneamente características da classe capitalista e da pequena-burguesia (Wright, 1989). O segmento não agrícola ocupa de 1 a 10 empregados, enquanto o segmento agrícola ocupa de 1 a 10 empregados permanentes.

Um segundo agrupamento seria composto por não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra ou, dito de outro modo, pelo controle de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. O autônomo com ativos tem a posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não agrícola, sendo que o empreendimento ou o empreendedor atende ao menos a uma das seguintes condições: possui estabelecimento com capital físico (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), atividade que emprega um veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.) ou ocupação qualificada no emprego principal. Já o autônomo agrícola retrata a situação diferenciada da pequena produção agrícola, onde existe o controle da terra como ativo produtivo, porém sem a contratação de trabalho assalariado. Este possuidor de ativos de terra tem posição na ocupação de conta-própria e uma atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura¹.

1 Compõe uma categoria de classe distinta os autônomos agrícolas precários que possuem parcela de terra ínfima ou insuficiente, ou que são posseiros, ou que venderam a totalidade, ou a maior parte, da produção principal para o consumidor direto em mercados locais (Santos, 2002: 90-92).

Como um terceiro agrupamento diferenciado delimitam-se as situações ambíguas de classe dos empregados qualificados e supervisores. O empregado qualificado, definido conforme o grupo ocupacional, agrega os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores no ensino infantil e fundamental, professores de nível médio no ensino profissional, professores em educação física e educação especial. Um leque bem diversificado de ocupações incorporaria o controle de qualificações relativamente escassas. Estão na categoria os compradores, leiloeiros, corretores, fotógrafos, modelos, atletas, caixas de banco e operadores de câmbio, operadores polivalentes de instalações na petroquímica e mecânicos de manutenção aeronáutica e naval. A categoria de supervisor inclui os empregados em todas as áreas de atividade econômica que são caracterizados pela ocupação de supervisor, chefe, mestre ou contramestre.

O estudo lança mão de medidas descritivas e de estimativas ajustadas por modelos de regressão quantílica para analisar as mudanças na mediana da renda das categorias de classe no período de 1992 e 2011 (Hao e Naiman, 2007). Os modelos estatísticos foram controlados por gênero, raça, anos de trabalho, horas trabalhadas, região, setor econômico e dimensão da área urbana. O estudo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, levantados pelo IBGE, que abarcam em torno de 116 mil casos em 1992 e 152 mil casos em 2011 em que existem informações para as variáveis consideradas. Tendo em vista que a classificação socioeconômica para o Brasil foi construída com base em informações sobre o trabalho principal, a variável dependente será a renda do trabalho principal, por motivo de ajuste. Foram excluídos no ano de 2011 os dados relativos à zona rural da região Norte, exceto Tocantins, com a finalidade de comparação com 1992. Em todos os cálculos e estimativas, a renda do trabalho principal foi expressa em valores de 2011, usando deflatores baseados no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor -, com ajustes na transição para o Plano Real (Corseuil e Foguel, 2002). Os efeitos são analisados em termos de diferenças absolutas (em Reais), pois se preserva desta maneira a distribuição efetivamente existente

da renda, sem introduzir nenhuma distorção na escala original de mensuração (Hao e Naiman, 1997, p. 78).

Deslocamentos de Renda entre e dentro das Categorias de Classe

São considerados num primeiro momento as mudanças na estrutura de posições de classe e os deslocamentos da renda entre e dentro das categorias de classe usando medidas de diferenças observadas, ou seja, não ajustadas por modelo estatístico. As diferenças observadas refletem a situação das pessoas concretas inseridas nos contextos de classe. A Tabela 1 situa a evolução da estrutura de classe no período, pois as mudanças no peso relativo das categorias, que são desigualmente recompensadas, influenciam o comportamento da distribuição da renda. Apresenta-se igualmente um indicador que afere a proporção da renda que fica com uma dada proporção da população que integra cada categoria. Percebe-se uma expansão significativa de categorias que recebem mais renda, como o empregado especialista. As alterações na classificação dos grupos ocupacionais promovida pela PNAD de 2002 em diante explicam particularmente a expansão da categoria de empregado qualificado que se fez obtendo casos que foram antes classificados como trabalhador típico. Todas as categorias mais privilegiadas perderam renda relativa à população que abarcam, mas os detentores de ativos de capital perderam bem menos. A perda de renda proporcional ao peso demográfico afetou também as posições intermediárias de empregado qualificado e supervisor.

Tabela 1. Distribuição da População, Renda Apropriada e Relação Renda/População para as Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categorias de Classe	População		Renda		Renda/Pop.	
	1992	2011	1992	2011	1992	2011
Capitalista e fazendeiro	0,54	0,58	3,50	3,34	6,48	5,76
Especialista autônomo	0,58	1,26	2,31	3,64	3,98	2,89
Gerente	2,25	2,47	6,97	6,32	3,10	2,56
Empregado especialista	2,52	5,07	8,94	13,37	3,55	2,64
Pequeno empregador	3,74	2,93	9,31	6,45	2,49	2,20
Autônomo com ativos	6,78	7,22	9,59	8,46	1,41	1,17
Autônomo agrícola	5,31	3,13	2,73	1,78	0,51	0,57
Empregado qualificado	3,95	7,72	6,75	9,14	1,71	1,18
Supervisor	1,68	1,43	3,85	2,22	2,29	1,55
Trabalhador típico	37,00	39,46	33,52	30,00	0,91	0,76
Trabalhador elementar	14,24	10,01	5,25	4,76	0,37	0,48
Autônomo precário	10,46	9,55	6,66	6,44	0,64	0,67
Empregado doméstico	7,97	7,78	2,37	3,09	0,30	0,40
Agrícola precário	2,98	1,39	0,65	0,35	0,22	0,25

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados.

Tabela 2. Renda Mediana, Mediana Relativa e Variação da Renda Mediana das Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categorias de Classe	Mediana R\$ 2011		Mediana Relativa		Variação (1992 = 100)
	1992	2011	1992	2011	
Capitalista	4300	5000	6,99	6,25	116
Especialista autônomo	3440	3000	5,59	3,75	87
Gerente	1978	2100	3,21	2,62	106
Empregado especialista	2694	2300	4,38	2,88	85
Pequeno empregador	1720	2000	2,80	2,50	116
Autônomo com ativos	1032	1000	1,68	1,25	97
Autônomo agrícola	430	450	0,70	0,56	105
Empregado qualificado	1376	1200	2,24	1,50	84
Supervisor	1892	1500	3,08	1,87	79
Trabalhador típico	692	800	1,13	1,00	116
Trabalhador elementar	447	545	0,73	0,68	122
Autônomo precário	464	600	0,75	0,75	129
Empregado doméstico	275	545	0,45	0,68	198
Agrícola precário	249	200	0,40	0,25	80
Total	615	800	1,00	1,00	130

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados. Variação: valor 2011/valor 1992.

A partir da Tabela 2 a análise focaliza medidas baseadas em quantis que oferecem um quadro mais representativo e abrangente da evolução da distribuição da renda entre e dentro das posições de classe. A mediana capta melhor o que se passa com a maioria dos membros das categorias. Aqueles em posições privilegiadas viram a sua renda mediana ficar defasada no processo de elevação da mediana geral. Os controladores de conhecimento perito e ativos de qualificação experimentaram maior defasagem. No bloco de classe mais privilegiado os detentores de ativos de capital tiveram mais ganhos de renda e, por isso, perderam menos terreno. Embora seja uma medida bastante útil e reveladora, a mediana capta apenas uma mudança de localização, como se a renda de todos os membros fosse multiplicada pelo mesmo fator e esta medida resumisse a experiência do conjunto da categoria (Handcock e Morris, 1999, p. 41).

A Tabela 3 apresenta informações sobre percentis selecionados da distribuição da renda e serve para introduzir uma abordagem da mudança de formato. Mudanças de escala ocorrem quando os membros do grupo são redistribuídos ao longo da escala de rendimentos, movendo-se para os extremos superiores ou inferiores em relação ao centro da distribuição, ainda que a localização central da renda (mediana) se mantenha constante (Handcock e Morris, 1999, p. 41). Os valores dos percentis foram divididos pela mediana de modo a captar a ocorrência de movimentos ao longo da escala de valores inferiores e superiores ao centro da distribuição dos rendimentos.

Os deslocamentos de renda dentro das duas categorias de especialistas, representativas da classe média, tenderam a ampliar as rendas mais altas. O elevado patamar de discrepância interna do gerente regride. O trabalhador típico, categoria de elevada densidade social, apresenta-se como a categoria que sofre as mudanças mais significativas, pois passa por uma contração relevante dos valores extremos tanto superiores quanto inferiores à mediana, o que faz com que a categoria fique ainda menos desequilibrada no critério da renda. As categorias de empregado qualificado e supervisor passaram por processo semelhante, mas em menor intensidade.

Tabela 3. Renda das Categorias de Classe em Percentis Divididos pela Mediana. Brasil, 1992-2011.

Categoria de classe	P10		P90		P97	
	1992	2011	1992	2011	1992	2011
Capitalista	0,32	0,32	3,60	3,60	7,20	8,00
Especialista autônomo	0,25	0,33	2,50	2,93	4,58	5,00
Gerente	0,26	0,38	4,35	3,81	7,27	5,71
Empregado especialista	0,29	0,35	3,19	3,48	4,79	5,65
Pequeno empregador	0,30	0,32	3,50	3,00	6,25	5,00
Autônomo com ativos	0,29	0,35	3,33	3,00	5,83	5,00
Autônomo agrícola	0,22	0,22	3,64	4,22	6,61	8,00
Empregado qualificado	0,33	0,45	2,81	2,50	4,38	4,17
Supervisor	0,36	0,47	2,73	2,40	4,55	4,00
Trabalhador típico	0,43	0,68	2,92	2,06	4,97	3,35
Trabalhador elementar	0,29	0,49	1,73	1,83	2,69	2,39
Autônomo precário	0,19	0,33	3,33	2,66	5,55	4,50
Empregado doméstico	0,25	0,27	2,03	1,56	3,20	2,20
Agrícola precário	0,28	0,29	2,76	3,75	5,18	7,50
Total	0,28	0,37	4,20	3,13	8,39	6,25

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados.

Modelos de regressão quantílica são usados agora para analisar a mudanças da localização e do formato da distribuição da renda do trabalho principal entre e dentro dos contextos de classe social. Os coeficientes da regressão mediana capturam melhor a mudança de localização central para a distribuição da renda que é altamente assimétrica ou desequilibrada à direita, ou seja, na direção dos valores mais elevados. O empregado especialista foi escolhido como categoria de referência por se tratar do grupo mais representativo em termos demográfico e sociológico da classe média assalariada. Corresponde à categoria cujas vantagens estão associadas ao acesso e atuação em empregos que exigem credenciais educacionais. No entendimento dos resultados deve ser levado em conta que a Tabela 4 retrata discrepâncias absolutas, em valores monetários (Reais) de 2011, em relação à categoria de empregado especialista. Na última coluna foi calculada a mudança em relação ao ano de 1992 (equiparado a 100).

Tabela 4. Mudanças na Localização Central da Renda (mediana) em Relação ao Empregado Especialista, Estimadas por Regressão Quantílica. Brasil, 1992-2011. Modelos com controles.

Categorias de Classe	1992	2011	1992=100
Capitalista	1603	2703	169
Especialista autônomo	367	641	175
Gerente	-688	-176	26
Pequeno empregador	-747	-305	41
Autônomo com ativos	-1597	-1253	78
Autônomo agrícola	-1998	-1716	86
Empregado qualificado	-1256	-1087	87
Supervisor	-823	-878	107
Trabalhador típico	-1876	-1450	77
Trabalhador elementar	-2090	-1647	79
Autônomo precário	-1994	-1548	78
Empregado doméstico	-2034	-1538	76
Agrícola precário	-2058	-1826	89
Pseudo R2	0,20	0,20	—

Em relação às categorias que controlam ativos de capital, em vários níveis, a alteração mais significativa foi o grande aumento da desvantagem relativa do empregado especialista face ao capitalista. Todos os grupos mais privilegiados ganham terreno na comparação com esta categoria, pois as diferenças negativas de renda diminuem ou as positivas aumentam. Entre os estratos intermediários a defasagem de renda diminui para empregado qualificado e aumenta um pouco para o supervisor. Nos contrastes com as categorias de maior densidade social, que são o trabalhador típico, o trabalhador elementar, o autônomo precário e o empregado doméstico, diminuíram significativamente as discrepâncias de renda negativas em relação ao empregado especialista.

Tabela 5. Mudanças na Dispersão da Renda (98% no meio da distribuição) em Relação ao Empregado Especialista, estimadas por Regressão Interquantil. Brasil, 1992- 2011. Modelos com controles.

Categorias de Classe	Dispersão	
	1992	2011
Capitalista	38666	42322
Especialista autônomo	9512*	358*
Gerente	2023*	-539*
Pequeno empregador	576*	1080*
Autônomo com ativos	-7829	-8718
Autônomo agrícola	-10767	-11852
Empregado qualificado	-8720	-11168
Supervisor	-5858	-9488
Trabalhador típico	-11557	-13618
Trabalhador elementar	-13314	-14418
Autônomo precário	-12153	-13067
Empregado doméstico	-12716	-13686
Agrícola precário	-13107	-14344
Pseudo R2	0,45-0,05	0,49-0,10

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2009 – Microdados. * Estatisticamente não significativo.

Na caracterização dos deslocamentos de renda dentro das categorias de classe, o estudo beneficia-se das reflexões de Hao e Naiman para comparar mudanças de formato com base em quantis (Hao e Naiman, 1997). São calculadas e mostradas na Tabela 5 as mudanças de escala (dispersão) referentes aos 98% no meio da distribuição (percentis 1 a 99), visando cobrir o máximo da distribuição da renda. Esta opção faz com que as diferenças fiquem estatisticamente não significativas em relação a três grupos, devido possivelmente à diminuição do número de casos no último percentil, mas estes não são os contrastes de interesse principal do estudo. Em distribuições assimétricas, as distâncias entre quantis oferecem uma descrição mais informativa da dispersão. Ao confrontar um grupo de referência e um grupo de comparação, com a regressão quantílica, pode-se usar a diferença entre as amplitudes interquantis dos dois grupos como uma medida de

mudança de escala (dispersão). Uma escala de renda menor significa uma maior homogeneidade do grupo de comparação versus o grupo de referência. As estimativas das mudanças de dispersão foram calculadas através da regressão de amplitude interquantil, com o uso do comando *iqreg* do programa estatístico Stata. Os erros padrões foram calculados usando 100 bootstrap repetições.

Houve uma diminuição da dispersão interna da renda nas categorias de menor renda a partir do autônomo com ativos, na comparação com o empregado especialista, expressa no aumento dos valores negativos (equivalentes a menor dispersão em relação ao grupo de comparação). A redução da diferenciação interna na maioria das categorias, em relação ao empregado especialista, revela que os grupos em questão ficaram comparativamente mais homogêneos.

A noção estatística de assimetria refere-se ao desequilíbrio entre a dispersão abaixo e acima da mediana. Numa distribuição simétrica estas duas dispersões são iguais. Uma medida de assimetria baseada em percentis pode ser calculada como a razão entre a dispersão acima e a dispersão abaixo da mediana, menos um (1), de modo que com esta centralização a medida assume o valor zero para uma distribuição simétrica. Valores maiores que zero indicam assimetria à direita e menores, assimetria à esquerda (Hao e Naiman, 1997, p. 14). Os resultados mostrados na Tabela 6 são relativos à renda situada entre os percentis P 97 – P 03 (94% no meio da distribuição) e foram calculados sem ajuste por modelo estatístico.

Todas as categorias de classe, porém em graus muito diferentes, apresentam assimetria à direita na direção dos valores mais altos, pois todos os valores estão acima de zero. A assimetria tende a aumentar na maioria dos grupos mais privilegiados. Os pequenos empregadores experimentam uma queda da assimetria. Os padrões de assimetria de gerentes e empregados especialistas se aproximaram, com a queda no primeiro grupo e o aumento no segundo.

Tabela 6. Mudanças de Assimetria da Renda (94% no meio da distribuição) das Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categoria de classe	Assimetria		Diferença %
	1992	2011	
Capitalista	6,29	7,75	23,21
Especialista autônomo	3,09	3,80	22,98
Gerente	6,40	5,37	-16,25
Empregado especialista	3,55	5,10	43,66
Pequeno empregador	5,23	3,85	-26,72
Autônomo com ativos	4,74	3,70	-21,94
Autônomo agrícola	5,34	6,78	27,97
Empregado qualificado	2,97	3,75	26,26
Supervisor	3,65	3,71	1,64
Trabalhador típico	3,88	2,78	-28,35
Trabalhador elementar	1,00	0,91	-9,00
Autônomo precário	3,92	3,00	-23,27
Empregado doméstico	1,64	0,41	-75,00
Agrícola precário	3,84	6,65	73,18
Total	7,32	5,36	-26,78

A assimetria cai de modo significativo entre os trabalhadores assalariados sem exercício de autoridade e sem acesso à qualificação escassa. As posições de classe destituídas, porém assalariadas, de empregado doméstico e de trabalhador elementar, que em 1992 já possuíam assimetria bem menor, tiveram contrações do indicador. Tanto os trabalhadores destituídos (devido à forte depreciação do valor da sua capacidade de trabalho), quanto os trabalhadores típicos (em que se realizam as interdependências assimétricas típicas dos processos de exploração e dominação), ficaram mais homogêneos e equilibrados na distribuição interna da renda.

Considerações Finais

Estudo comparativo do papel de classe social e educação na desigualdade de renda no Brasil mostrou que as categorias desta tipologia de classes têm um poder explicativo bem maior (40% em 2011) sobre os níveis de desigualdade (decomposição do índice L de Theil) do que

as divisões entre os grupos educacionais (30%). Além disso, como os dois fatores juntos respondem por 46% da desigualdade total, isto significa que as categorias de classe acrescentam bem mais explicação aos efeitos dos grupos educacionais do que o inverso, demonstrando que a tipologia capta outras dimensões da estrutura social, como capital e autoridade, que são bastante importantes para entender a distribuição da renda no país. Entretanto, a variação (diminuição) da desigualdade de renda entre 2002 e 2011 foi mais afetada por educação do que por classe social, revelando a importância do processo de erosão das “rendas” [rents] obtidas com o emprego da educação adquirida (Souza e Carvalhaes, 2014). O presente estudo constata também um enfraquecimento das vantagens particularmente das categorias assalariadas que se associam ao controle de conhecimento perito e de qualificações escassas. Os estratos médios e intermediários expandiram-se na estrutura social, o que implica que mais pessoas ocupam posições mais vantajosas, embora a expansão do empregado qualificado pareça refletir uma subestimação da antiga classificação ocupacional². Entretanto, estes empregos não garantem mais os mesmos padrões relativos vantajosos do passado.

A diminuição das diferenças entre e dentro das categorias contou com a contribuição de fatores extrínsecos a classe social, como região e educação. Estariam agindo como influências subjacentes às alterações na renda dos indivíduos inseridos nos contextos de classe os processos de convergência de renda e de redução da desigualdade entre as Regiões Metropolitanas e o restante do país, que foram responsáveis por metade da queda da desigualdade na distribuição nacional da renda domiciliar per capita de 1981 a 2009 (Souza e Osório, 2011). Por outro lado, a realização de uma decomposição dinâmica e multivariada via modelo de regressão, com controles diversos, dos fa-

2 A categoria de empregado qualificado passou de 4,4% em 2001 (antes da mudança) para 7,3% em 2002, enquanto o trabalhador típico se reduziu de 38,2% para 34,2% no mesmo período, como consequência da alteração da classificação ocupacional da PNAD. As alterações na distribuição das demais categorias não foram relevantes.

tores influentes na queda da desigualdade no período de 2002 a 2011 mostrou que a contribuição do bloco de variáveis de controle foi de 39,5%, a educação de 28% e classe social de 19% (Souza e Carvalhas, 2014, p. 120-1). Além de confirmar o papel marcante de fatores relacionados à segmentação do mercado de trabalho, que integram as variáveis de controle (gênero, região, área de moradia e afins), o estudo mostra que a educação representou o principal elemento “específico” por trás da queda da desigualdade. Entendida como um “input” para o trabalho, a educação não foi usada na operacionalização das categorias de classe, pois os ativos de conhecimento perito e de qualificações escassas são especificados com base em informações sobre o trabalho e as ocupações. Tendo em vista a adequada representação em três categorias da tipologia dos empregos que controlam credenciais educacionais, ou seja, das diferenças de renda entre os grupos com e sem credenciais educacionais aplicadas ao trabalho, parece válido supor que as mudanças educacionais dentro e entre as categorias de classe impactaram na redução da desigualdade.

O enfraquecimento das vantagens de renda do empregado especialista é um processo marcante que se processou no período estudado. Não deve ser esquecido, no entanto, que estes empregos cresceram na estrutura social. Parte da perda de renda, neste sentido, vincula-se à ampliação da oferta destas posições. Por outro lado, ao focalizar as mudanças de formato da renda internas aos grupos, procurou-se mostrar que, além da diminuição das discrepâncias entre grupos, cabe considerar a contribuição dos deslocamentos de renda dentro dos grupos. Predominou um processo de redução das discrepâncias e/ou desequilíbrios internos, particularmente entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social. Na medida em que a renda pessoal tem menos chance de se descolar do valor mediano da categoria, os trabalhadores típicos e destituídos mantêm-se mais vinculados às oportunidades de vida que prevalecem para a maioria do seu grupo, o que pode potencialmente favorecer os processos de formação e ação de classe destes contingentes sociais. A renda do empregado especialista, de modo distinto, continuou mais dispersa e desequilibrada, ou

seja, ainda varia bem mais entre os indivíduos na direção dos valores mais altos, o que pode contribuir para manter entre os membros da categoria a expectativa de mobilidade individual de renda, neutralizando eventualmente o potencial de descontentamento derivado do enfraquecimento das vantagens relativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARUM, R.; MUELLER, W. (ed.). (2004), *The Reemergence of self-employment: a comparative study of self-employment dynamics and social inequality*. Princeton: Princeton University Press.

BOURDIEU, P. (1987), "What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups". *Berkeley Journal of Sociology*, v. 32, p. 1-17.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. (1989), Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/Lisboa: Difel.

BREEN, R. (2005), "Foundations of a neo-Weberian class analysis". In: WRIGHT, E. O. (ed.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

BUTLER, T. (1995), "The Debate over the Middle Classes". In: SAVAGE, M.; BUTLER, T. (ed.). *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. (2002), *Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE. Texto para Discussão nº 897*. Rio de Janeiro: IPEA.

CROMPTON, R. (2008), *Class and Stratification*. 3. ed. Cambridge: Polity.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. (1992), *The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon.

GOLDTHORPE, John. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.

GOLDTHORPE, J. (1982), "On the Service Class". In: Giddens, A.; Mackenzie, G. (eds), *Social Class and the Division of Labour*. Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDTHORPE, J. (1992), *Employment, Class, and Mobility: a critique of liberal and Marxist theories of long-term change*. In: HAFERKAMP, H.; SMELSER, N.J. (eds), *Social Change and Modernity*. Berkeley: University of California Press.

GOLDTHORPE, J. (1995), "The Service Class Revisited". In: SAVAGE, M.; BUTLER, T. (ed.). *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.

GOLDTHORPE, J. (2000a), *On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. New York: Oxford University Press.

GOLDTHORPE, J. (2000b), "Rent, Class Conflict, and Class Structure: A Commentary on Sørensen". *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1572-82.

GOLDTHORPE, J. (2005), "Some comments on Robert Erikson's note and on Michael Tahlin's paper". In: ROSE, D.; HARRISON, E. (eds). *Consortium Comments on Interim Validations (Full version)*. Disponível em: <http://www.iser.essex.ac.uk/archives/esec/validation-process>. Acessado em 23.06.2014.

HANDCOCK, M.; MORRIS, M. (1999), *Relative Distribution Methods in Social Sciences*. New York: Springer.

HAO, L.; NAIMAN, D. (2007), *Quantile Regression*. Thousand Oaks: Sage.

IPEA. (2007), "Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica". In: BARROS, R. P. et al. (org.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, IPEA, 2 v.

LOCKWOOD, D. 1989 [1958], *The Blackcoated Worker*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press.

MALOUTAS, T. (2007), "Socio-Economic Classification Models and Contextual Difference: The 'European Socio-economic Classes' (ESeC) from a South European Angle". *South European Society & Politics*, v. 12, n. 4, p. 443-60.

MORGAN, S. L.; TANG, Z. (2007), *Social Class and Workers' Rent, 1983-2001. Research in Social Stratification and Mobility*, v. 25, p. 273-93.

ROEMER, J. (1988), *Free to Lose: an introduction to Marxist economic philosophy*. Cambridge: Harvard University Press.

ROSE, D.; HARRISON, E. (2010), *Social Class in Europe: an introduction to the European Socio-economic Classification*. London: Routledge.

SANTOS, J. A. F. (2002), *Estrutura de Posições de Classe no Brasil: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj.

SANTOS, J. A. F. (2005), "Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45.

SANTOS, J. A. F. (2010), "Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil". *South African Review of Sociology*, v. 41, n.3, p. 24-44.

SANTOS, J. A. F. (2013), “Variantes da Concepção Sociológica da Classe Média”. Teoria e Sociedade (UFMG). No prelo.

SØRENSEN, A. (1991), “On the Usefulness of Class Analysis in Research on Mobility and Socioeconomic Inequality”. *Acta Sociologica*, v. 34, n. 2, p. 71-87.

SØRENSEN, A. (2000), “Employment Relations and Class Structure”. In: CROMPTON, R. et al. (ed.). *Renewing Class Analysis*. Oxford: Blackwell.

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G. (2011), “A Redução das Disparidades Regionais e a Queda da Desigualdade Nacional de Renda (1981-2009)”. Texto para Discussão n. 1648. Brasília: IPEA.

SOUZA, Pedro H. G. F.; CARVALHAES, Flávio. (2014), “Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade, 2002-2011”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, no 1, pp. 101-128.

TILLY, C. (1998), *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press.

TILLY, C. (2005), “Historical Perspectives on Inequality”. In: ROMERO, M.; MARGOLIS, E. (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*. Oxford: Blackwell.

TOMASKOVIC-DEVEY, D. et. al. (2009), “The Categorical Generation of Organizational Inequality: a comparative test of Tilly’s durable inequality”. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 27. n. 3, p. 128–142.

WACQUANT, L. (1991), “Making Class: the Middle Class(es) in Social Theory and Social Structure”. In: LEVINE, R. et al. *Bringing Class Back in: contemporary and historical perspectives*. Boulder: Westview Press.

WEININGER, E. B. (2005). “Foundations of Pierre Bourdieu’s Class Analysis”. In: WRIGHT, E. O. (ed.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

WRIGHT, E. O. (1985), *Classes*. London: Verso.

WRIGHT, E. O. (1989), “Rethinking, once again, the Concept of Class Structure”. In: WRIGHT, E. O. al. *The debate on classes*. London: Verso.

WRIGHT, E. O. (1997), *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

WRIGHT, E. O. (2009), *Understanding Class: towards an integrated analytical approach*. *New Left Review*, n. 60, p. 1-16.

Artigo recebido em agosto de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

